

“Os Empobrecidos: a maioria informal da Humanidade”

(por Kent Wilska)

Comentário Crítico

por Carlos Nuno Castel-Branco¹

26-11-2008

O livro de Kent Wilska (edição em Português do relatório nº 88/2008 da KEPA) é interessante e deve ser lido por várias razões. Vou mencionar cinco dessas razões. Primeira, introduz uma perspectiva multifacetada de pobreza como consequência de dinâmicas sociais, política e económicas. Portanto, a pobreza é um processo e uma dinâmica, e não um estado natural das coisas ou a ausência ou escassez de algum recurso ou capacidade. Segunda, introduz o conceito de relatividade da pobreza e de desenvolvimento, ambos definidos em relação a estruturas, dinâmicas, valores e épocas históricas e sociais. Portanto, nem um nem outro são estágios dados, nem existe um só caminho para cada um deles. Assim, também as avaliações de sucesso e fracasso, desenvolvimento e pobreza são focos de contestação social, política e económica. Terceira, tem descrições interessantes da diversidade da chamada “economia informal”, cada uma das quais pode inspirar lições e novas oportunidades de melhor compreender dinâmicas de desenvolvimento e acumulação. Quarta, discute posicionamentos de política pública e privada em relação á informalidade urbana (das formas de emprego e de ganhar a vida às formas de organização comunitária e habitacional) tomando em conta diferentes interesses de grupo. Quinta, tem a coragem de tentar ser diferente na abordagem da problemática da pobreza e do fracasso relativo das políticas e estratégias de combate à pobreza.

No entanto, há igualmente muitas outras razões para fazer uma crítica de fundo à abordagem que guia a argumentação do livro. Primeira, a base empírica da argumentação é extremamente pobre. Temos que confiar nas histórias contadas e nos argumentos expostos, pois não há evidência de pesquisa sistemática. Quando se pretende introduzir uma abordagem diferente e contestatária no debate de um

¹ Directo do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. Carlos.castel-branco@iese.ac.mz, www.iese.ac.mz. Este comentário crítico foi apresentado aquando do lançamento do livro “Os Empobrecidos: a maioria informal da Humanidade”, de Kent Wilska, durante o Fórum Social Moçambicano.

tema como pobreza, estudos de caso com detalhe empírico são importantes. Caso contrário, tudo se reduz à fé do leitor nos argumentos expostos.

Segunda, o ponto anterior pode ser generalizado pela aparente descrença de Wilska em métodos formais e rigorosos de análise. Assim, Wilska critica a medição e os indicadores económicos e sociais por si, como se em si tais práticas fossem boas ou más. Há muitos argumentos para criticar a natureza dos indicadores económicos e sociais e para se ser céptico em relação ao que tais indicadores exprimem e representam. Mas a ideia de que a “realidade” é algo simultaneamente *objectivo* (a “realidade” existe e pode ser observada se deixarmos de nos preocupar com indicadores macroeconómicos, com a dimensão global da economia, etc.) mas *abstracto* (não pode ser nem medida nem descrita fora das aspirações das “comunidades locais”) reflecte um problema grande de método e de consistência. Como será possível observar a realidade se não tivermos qualquer ideia sobre o que usar (indicadores) para olhar para essa realidade? O que é a realidade de uma família camponesa, e qual é a realidade que conta: os materiais de que a sua casa é feita ou as dinâmicas da sua inserção no mercado de bens e de trabalho? Como será possível entender as dinâmicas económicas e sociais desta família sem olhar para os mercados e outras relações económicas, sociais e políticas de que ela é parte e que não se circunscrevem à *comunidade local*? Será possível ter uma visão mais do que superficial desta família e da sua inserção na economia e sociedade sem entender as relações de género dentro da família? E estas relações de género podem ser compreendidas fora de outras dinâmicas sociais e económicas (por exemplo, o trabalho migratório) em que tais relações são construídas?

Terceira, provavelmente em consequência da segunda, há sistemáticas inconsistências que se repetem ao longo do livro. Por exemplo, por vezes o sector informal é uma extensão lógica do padrão de acumulação do formal, mas outras vezes o primeiro representa uma maioria excluída do acesso ao segundo. Uma vez as comunidades locais, com o seu chefe eleito, são descritas mais ou menos idilicamente como expressões de quase comunismo primitivo e estático, enquanto as expressões formais de organização económica, social e política são dominadas por elites; mas logo a seguir se diz que parlamentos devem ser responsáveis pelas políticas e estratégias de desenvolvimento por representarem as aspirações do povo (o que terá, então, entretanto acontecido às elites e às comunidades excluídas do mundo das elites, e como podem ambas ser representadas pelo Parlamento, um modernismo formal?). A actividade informal é frequentemente descrita de forma idílica com expressões como os “heróis do trabalho informal”, “empresários heróicos”, etc., ao mesmo tempo que em outras passagens se chama a atenção do perigo de tal idealismo. Enquanto o sector informal é

frequentemente apresentado como mais colectivo, comunitário e rico de valores culturais e tradicionais, ao mesmo tempo se descrevem os abusos e horríveis condições de trabalho dos empregados informais – isto é, os “empresários informais heróicos” também se distinguem pelo grau de controlo exercido sobre a força de trabalho que cai nas suas mãos. E, apesar disto, ainda se diz que o objectivo comunitário e informal é a geração de emprego e não a acumulação de capital – então, por que é que as condições de trabalho são, geralmente, tão más?

Na sua análise da formalidade nas economias em desenvolvimento, Wilska enfatiza as instituições como factores de diferenciação, desenvolvimento ou estagnação e de exclusão. Estas instituições formais não são explicadas, mas assume-se que existam no contexto da estruturação da formalidade. Mas as comunidades locais, idílicas, não parecem ter quaisquer instituições nem relações de poder historicamente contextualizadas, a não ser uma riqueza de valores que não se sabe bem de onde vêm (mas que são destruídos pela formalização).

Um outro exemplo, Wilska argumenta que o fracasso das políticas e estratégias públicas de combate à pobreza e desenvolvimento se deve às falhas dos políticos (ou por causa de interesses próprios, ou por estarem em torres de marfim e não conseguirem entender os pobres); no entanto, mais à frente, ao Estado e, portanto, aos políticos, é exigido que estes corrijam as falhas do mercado e garantam justiça social.

Quarta, o estudo assenta o seu argumento numa série de dicotomias, das quais vamos referir algumas. Por um lado, trata das economias em desenvolvimento com metodologias fundamentalmente diferentes das desenvolvidas. As economias em desenvolvimento são, neste caso, aquelas em que a maioria é excluída da actividade formal e vive informalmente. Nestas economias, a maioria é empobrecida, e a situação não pode ser mudada, porque é excluída da economia formal. Acima de tudo, a economia formal e a economia informal só ocasional e marginalmente estão associadas. Toda a evidência e detalhados estudos de caso que mostram a relação entre ambas, quer como parte do padrão de acumulação das empresas capitalistas específicas, quer como parte da redução dos custos de reprodução da força de trabalho que garante a acumulação mais global do capitalismo, quer ainda, como parte da reprodução e expansão da procura e capacidade de investimento que permitem que a actividade informal expanda, toda esta evidência não é sequer discutida. Se fosse, haveria muito mais cuidado em discutir sistemas de acumulação como o *putting out* e a exploração desenfreada de mulheres e crianças que foram tão cruciais para a formação de economias capitalistas hoje consideradas desenvolvidas. Isto daria muito mais peso ao argumento do autor segundo o qual a formalização e regulação do dia e condições de trabalho tal como são hoje nas economias capitalistas

avançadas de modelo social-democrata (como a Finlândia) resultam da luta dos trabalhadores e da sociedade (e não de nenhuma integração entre formal e informal, em si).

Como é que esta dicotomia permite analisar não só a crise económica internacional actual, como também o conflito acerca das opções entre salvar o grande capital ou reestruturar as dinâmicas de poder e acumulação?

Uma análise mais rigorosa de padrões de acumulação evitaria afirmações do tipo “colonizadores não integram as massas conquistadas no sistema formal por se acharem superiores” (pp. 15). Será mesmo? Não será que a escravatura, o trabalho e culturas forçadas, a organização das reservas de força de trabalho, a organização de monopólios de recrutamento, etc., faziam parte da integração das massas conquistadas num processo formal de acumulação e reprodução do capitalismo?

Mas para fazer esta análise, o autor teria que abandonar a sua definição de capital como conceito abstracto de propriedade para o tornar num conceito que descreve relações de produção e modos de acumulação e reprodução em condições históricas específicas.

Outra dicotomia é a do Estado versus mercados, em que um precisa do outro para gerar eficiência. Quer dizer, a eficácia e eficiência social dependem de uma dada combinação entre Estado e mercado. Além de isto não ser consistente com a abordagem idílica de actividade informal, sobretudo exclui da análise do estado e do mercado (e da relação entre ambos) as relações sociais, económicas e políticas que se expressam através do Estado e do mercado e que determinam as dinâmicas de ambos e da sua relação. Relacionada com esta dicotomia está a noção de que o Estado é “formal” – portanto, na luta entre elites formais e informais excluídos, o Estado representa as elites. Será, isto, sempre verdade? Será, o Estado, homogéneo? Será, o Estado, autónomo? E se o Estado for um campo de conflito de interesses e opções, terá algum sentido fazer uma discussão tão simplista?

Quinto, o argumento recorre sistematicamente ao conceito de escolha de opções, feitas por indivíduos ou por comunidades tratadas como indivíduos homogéneos. Por exemplo, a referência sistemática à possibilidade de, dadas opções, indivíduos de uma mesma comunidade poderem escolher entre formas tradicionais (ou naturais) de vida ou a modernidade capitalista. Será que estas opções estão historicamente disponíveis? Será que os indivíduos fazem escolhas (e têm oportunidade de o fazer) independentemente do ambiente e dinâmicas sociais de que fazem parte e das relações de poder inerentes a essas dinâmicas específicas? Será a sociedade constituída por vários universos paralelos e não interdependentes, embora ligados, de tal modo que os indivíduos, sem qualquer razão aparente

que não seja a sua escolha pressupostamente assente num certo conjunto de preferências, decidem circular entre esses universos? E de onde vêm tais universos?

Sexto, o argumento faz sistemática referência a comunidades auto-sustentáveis, tradicionais e naturais. Primeiro, se são auto-sustentáveis, por que é que desaparecem pela penetração do capitalismo? Segundo, o que é que há de “tradicional” e “natural” na organização social, política e económica da sociedade Humana?

Sétimo, apesar de constantemente aflorar as questões, o livro nunca resolve o problema nem do sentido de formal/informal, nem das relações de poder. No que respeita ao primeiro, formal/informal, não há qualquer clareza sobre se a discussão é em torno de relações legais ou de dinâmicas económicas. A análise será muito diferente se for um ou outro o caso. No que respeita ao segundo, relações de poder, toda a discussão parece assumir que relações de poder se resumem a aspectos formais: voz, transparência, democracia e participação. E que é que acontece com interesses, conflito e opções contraditórias?

Mencionei apenas alguns dos pontos de interesse nesta obra. Mas não há substituto para a leitura directa. Leiam-na e discutam-na.

Obrigado.